

Ao Exmo. Senhor
Ministro da Defesa Nacional:

RESOLUÇÃO

Os trabalhadores do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF) vivem em grande apreensão em relação ao seu futuro – e ao futuro da centenária instituição de utilidade pública em que laboram – desde a súbita apresentação, pelo XIX Governo Constitucional, de um projecto de Decreto-Lei sobre este Estabelecimento que se revelava totalmente imponderado e ferido de várias ilegalidades, quer no processo de audição aos trabalhadores e seus representantes, quer no conteúdo, contemplando não só a extinção do LMPQF como o seu desmantelamento e a distribuição das suas actuais atribuições e competências por três entidades diferentes.

O grande clamor que então se levantou na sociedade, civil e militar, em torno da natureza de utilidade pública do LMPQF e da sua importância, para as Forças Armadas e para a saúde a nível nacional, foi decisivo para que tal projecto não fosse promulgado. Tal clamor não pode ser ignorado.

A bem dos superiores interesses de Portugal e do povo português, o futuro do LMPQF terá que assentar na sua integridade, autonomia, especialização, carácter público e nas potencialidades para expansão das suas actividades.

Estranhando a demora no agendamento da audiência já solicitada pelos representantes sindicais para abordagem desta matéria, os trabalhadores do LMPQF vêm por este meio reclamar de V. Exa. a sua marcação, a bem de um processo transparente e construtivo, assente na audição de todas as partes envolvidas.

*Os trabalhadores do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos,
Reunidos em Plenário,
Lisboa, 06 de Abril de 2016.*

[APROVADA POR UNANIMIDADE]